

*Ata da 19ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do
Estado da Bahia,
em 30 de maio de 2011.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, através da lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cláudia Oliveira, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Del Carmem, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo (56). Compuseram a Mesa dos trabalhos: o Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado Almeida Lima; os Deputados Federais, membros da Comissão Especial da Reforma Política, Waldenor Pereira (coordenador do evento), Daniel Almeida (coordenador do evento), Rubens Otoni (relator) e Luiz Alberto (suplente); o Presidente da Comissão Extraordinária para Discussão e Análise da Reforma Política da Assembleia Legislativa, Deputado Reinaldo Braga; os Deputados Estaduais, membros da Comissão Extraordinária para Discussão e Análise da Reforma Política da Assembleia Legislativa, Luisa Maia (Vice-Presidente) e Zé Raimundo (suplente); os Deputados Estaduais Álvaro Gomes e Maria Luiza Laudano; o Professor de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e membro do Ministério Público Federal, Augusto Aras; o Jurista e Diretor da Faculdade de Direito da UFBA, Celso Castro; o Prefeito do Município de Camaçari e Presidente da União dos Prefeitos da Bahia (UPB), Luiz Caetano; e o Deputado Federal Lúcio Vieira Lima. O Senhor Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a **Conferência Estadual da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados**, solicitada pelos Deputados Federais Waldenor Pereira (PT/BA) e Daniel Almeida (PCdoB/BA) e ratificada pelo Deputado Estadual Reinaldo Braga (PR/BA). Em seguida, passou a condução dos trabalhos ao Presidente da Comissão Especial. O Deputado Federal Almeida Lima (PMDB/SE) esclareceu sobre a decisão da Comissão Especial de discutir a reforma política com a sociedade, de forma ampla e profunda, razão pela qual estava trabalhando internamente,

realizando audiências públicas e conferências estaduais. Salientou a importância das conferências para ouvir os anseios dos brasileiros, enriquecer a visão crítica e oferecer subsídios para o relatório a ser apresentado pelo Congresso. Destarte, afirmou que a Comissão estava na Casa para ouvir o pensamento do povo baiano. O Deputado Waldenor Pereira, defendendo uma reforma ampla e participativa, destacou o caráter democrático da realização da Conferência na Casa, com o objetivo de colher as sugestões da sociedade baiana. Registrou as propostas apresentadas pelos movimentos sociais à comissão, entre as quais, as que tratam dos instrumentos de democracia participativa, de maior transparência do Poder Judiciário e da regulamentação dos meios de comunicação. O Deputado Daniel Almeida, asseverando que estava convencido de que é possível fazer mudanças no atual sistema político do País, defendeu uma reforma política estrutural e abrangente. Nesse sentido, discorreu sobre os temas “relevantes” elencados pela comissão, entre eles, o financiamento público de campanha (que defendeu enfaticamente), o sistema eleitoral, a lista pré-ordenada mista e o fim da coligação proporcional. O Deputado Rubens Otoni, relator da Comissão, tratou sobre o trabalho de relatoria da reforma política, argumentando que, apesar de o debate ainda não ser o ideal e da falta de consenso, o processo já tinha avançado muito. Defendeu uma reforma sólida e fortalecida para oportunizar aos cidadãos uma participação efetiva na vida política do País, assim como defendeu o financiamento público de campanha e a manutenção do sistema proporcional. O Professor Celso Castro disse que a reforma política é um tema que sempre precede as demais reformas. Nesse diapasão, afirmou que a definição do financiamento de campanha é o ponto nuclear e a distinção fundamental passa pelo que é lícito e ilícito - “o caixa dois”. Ponderou acerca da judicialização da política; situação que estava na contramão do direito conquistado nas urnas. Posicionou-se acerca da lista pré-ordenada, mostrando-se preocupado com a inexistência de uma consciência partidária formada. Concluiu na defesa da verticalização e do fim das eleições bienais - “o Brasil é o único País que para em ano eleitoral” - bem como na defesa do crescimento da infraestrutura educacional e da cultura partidária. O Professor Augusto Aras fez uma retrospectiva sobre a importância dos partidos políticos, defendendo o fortalecimento daqueles na reforma política, e se posicionou contra o financiamento público de campanha, por entender que a sociedade já contribuía, através das inserções publicitárias e do fundo partidário, pagos pelo Estado. O Deputado Luiz Alberto defendeu uma constituinte exclusiva como a única forma para se fazer a reforma política, bem como defendeu como fundamental o financiamento público de campanha. O Deputado Capitão Tadeu posicionou-se favorável ao financiamento público de campanha, à não obrigatoriedade do voto, ao voto distrital misto e à garantia do voto para os que estão em trânsito e trabalhando. O Deputado Reinaldo Braga salientou a importância e a urgência de se fazer a reforma política para que o Congresso possa legislar, de fato, e não

deixar espaço para o Poder Judiciário fazê-lo. Nesse sentido, solicitou à Casa a criação de uma comissão extraordinária para deliberar sobre o tema, visando colaborar com o trabalho das comissões do Senado e da Câmara, no sentido de formar um consenso dos anseios da sociedade e dos políticos, tornando as regras das eleições fixas e duradouras. Por fim, louvou a iniciativa da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados de levar o debate aos estados para ouvir a sociedade. A Deputada Luiza Maia, afirmando que sem a mulher não existe democracia, defendeu uma maior representatividade daquela na reforma política, bem como sustentou que a população fosse ouvida para formar o consenso dos pontos em análise. O Deputado Álvaro Gomes disse que para fortalecer a democracia e o processo democrático o País precisa fazer uma reforma política voltada para as propostas, as ideias, os projetos e os partidos. Condenou a influência do poder econômico e defendeu a lista fechada, as coligações partidárias e a busca de mecanismos que proporcionem a participação do povo. A Vereadora Olívia Santana, afirmando que o poder deve ser o retrato da sociedade, posicionou-se favorável à lista fechada, com alternância de gênero, e à manutenção do direito a coligação. O Deputado Zé Raimundo, falando da crise de legitimidade da ação política e de descrença da classe política e do homem público, defendeu: “façamos, portanto, uma reforma política antes que alguém a faça”, conclamando a Comissão para que se foque na discussão da questão central, qual seja, a reforma política, uma vez que o debate está mais direcionado para a reforma eleitoral. O Deputado Euclides Fernandes, lembrando que os instrumentos de democracia direta estão na Constituição Federal, manifestou-se a favor de uma discussão ampla com a sociedade, com calma, através de um plebiscito e de um referendo. Em sentido contrário, por entender que representava um retrocesso, manifestou-se pelo financiamento público de campanha e pela lista fechada. O Deputado Mário Negromonte Júnior ao afirmar que a “pedra de toque para que se possa avaliar a reforma política é a democracia e a renovação”, posicionou-se contra a lista fechada e o “caixa dois” e favorável à eleição unificada, em todos os níveis, e ao voto “distritão”. A Vereadora de Coração de Maria, Edilene Paim, após fazer alguns questionamentos sobre o tipo de reforma política e de poder constituído que o povo quer, defendeu que a reforma política seja discutida de forma a contemplar a representatividade da miscigenação brasileira e fortalecer a mulher. A Sra. Terezinha, do Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas, defendeu que a reforma política contemple a mulher, bem como a alternância de poder entre homem e mulher e a ampliação do sistema público de comunicação para que o povo tenha o direito de falar. O Deputado Carlos Geilson, dizendo que a grande reforma política passava primeiro pela solidificação do processo democrático, posicionou-se contra a lista pré-ordenada, o financiamento público de campanha (já se gasta muito) e a ingerência do poder econômico. A Sra. Vilma Reis, Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, ao afirmar

que “se o poder é bom, o negro quer poder”, sustentou uma reforma política que contemple a mulher, o financiamento público de campanha e a alternância de gênero. O Sr. Adriano Dias, do Instituto Cultural Steve Biko, disse que o principal desafio da reforma política será garantir a participação da juventude, em especial da juventude negra. A Sra. Andréia Lisboa Sousa, do Hiper Afro defendeu o financiamento público, bem como uma proposta de cotas que contemple os segmentos mais marginalizados (as mulheres, os negros e os índios) e as relações de gênero. Sugeriu à Comissão Especial que, nas próximas audiências, uma mulher seja a palestrante para tratar da história de exclusão da mulher na política do País, bem como que os parlamentares sejam os últimos oradores, a fim de que possam ouvir os reclamos da sociedade. A Professora Mariângela, da UFBA, dizendo que reforma política deve ir além da eleitoral e partidária, sustentou a reformulação dos instrumentos constitucionais (plebiscito e referendo) e a construção de mecanismos que criem e ampliem os espaços de participação e decisão popular. O Sr. Yure Brito, da UNE, sugeriu que a reforma política acabe com o limite de idade para o ingresso na política partidária. O Vereador Eduardo Abençoadado apresentou os pontos que foram levantados no encontro de vereadores para ser avaliado pela Comissão Especial da Reforma Política: isonomia parlamentar dos benefícios; mandato de seis anos, em todos os níveis, com direito à reeleição; prorrogação por dois anos dos mandatos atuais, para as eleições coincidirem; posição contrária à lista fechada. O Sr. Sílvio Roberto, afirmando que a reforma política não podia ser afunilada em uma reforma eleitoral, defendeu a implantação de mecanismos participativos, com a instituição de critérios de democratização dos partidos, e a lista fechada. O Sr. Robson Freitas, da União Rastafare defendeu um maior investimento em educação e respeito à cultura rastafare. A Sra. Elkie Petersen, Coordenadora da Escola Judiciária do TRE da Bahia, discorreu sobre o *Projeto Eleitor do Futuro*, desenvolvido no TRE, para dizer que não se pode falar em reforma política sem pensar em educação. Posicionou-se acerca da reforma política e sugeriu que fosse dado um limite ao financiamento público de campanha. O Sr. Lázaro Cunha, do Instituto Cultural Steve Biko, mostrou-se descrente quanto à realização, de fato, da reforma política pelos parlamentares, pois no quadro majoritário do Congresso a representação de negros e de mulheres é pequena, motivo porque defendeu a realização de um plebiscito. O Deputado Almeida Lima disse que o objetivo de ouvir os reclamos e as opiniões dos baianos foi cumprido. Esclareceu que nada é definitivo, vai depender do povo brasileiro. Entretanto, argumentou que a Comissão pretende oferecer os instrumentos que possam aperfeiçoar a democracia e estabelecer as garantias e o direito à participação. Esclareceu também que o Congresso Nacional, pelos atos constitutivos das comissões, requereu que fosse feita uma reforma político-eleitoral, não uma reforma política do Estado, que, no entendimento dele é a mais importante. Citou os artigos 1º e 22 da Constituição Federal para dizer que o Congresso quando “não legisla

está legislando” e o outro Poder precisa cumprir o que a Constituição determina. Afirmando que o poder emana do povo, não dos partidos, “votar em partido não é votar em representante”, posicionou-se contra a lista fechada pré-ordenada, que via como inconstitucional, e sustentou o plebiscito para ouvir a sociedade e o forte reclamo da mulher, do negro e do índio, pois não é possível desconhecer o processo cultural. Por fim, agradeceu à Bahia pela oportunidade, esperando que o debate tenha continuidade nos movimentos sociais, nos parlamentos e nas ruas. O Sr. Presidente, Deputado Daniel Almeida, desejando que o debate seja ampliado e colocando os mandatos dos parlamentares baianos à disposição para continuar recebendo contribuições e levá-las à Comissão Especial, agradeceu ao Deputado Almeida Lima, que à frente da Comissão, tem levado o debate aos estados, ao Presidente da Casa, Deputado Marcelo Nilo, aos parlamentares baianos e a todos que se fizeram presentes, e encerrou a Sessão, à qual deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Eures Ribeiro, Kelly Magalhães, Luizinho Sobral, Maria Luiza, Sandro Régis, Temóteo Brito e Vando (07).

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –